

**FACULDADE CAICOENSE SANTA TERESINHA
CURSO DE BACHARELADO EM PSICOLOGIA**

RITA DE CÁSSIA DANTAS DE OLIVEIRA

**VOZES SILENCIADAS TAMBÉM ECOAM: ESTIGMA, FAMÍLIA E CIDADE NAS
HISTÓRIAS DE VIDA DE MULHERES LÉSBICAS**

**CAICÓ/RN
2025**

RITA DE CÁSSIA DANTAS DE OLIVEIRA

**VOZES SILENCIADAS TAMBÉM ECOAM: ESTIGMA, FAMÍLIA E CIDADE NAS
HISTÓRIAS DE VIDA DE MULHERES LÉSBICAS**

Monografia apresentada ao Colegiado do
Curso de Bacharelado em Psicologia,
como requisito para obtenção do título de
bacharel em Psicologia.

Professor(a) Orientador(a): Antônio
Leonardo Figueiredo Calou

**CAICÓ/RN
2025**

CATALOGAÇÃO NA FONTE

Faculdade Caicoense Santa Teresinha

Biblioteca Profª. Suzana Lago Nobre

O48v OLIVEIRA, Rita de Cássia Dantas de.

Vozes silenciadas também ecoam: estigma, família e cidade nas histórias de vida das mulheres lésbicas. / Rita de Cássia Dantas de Oliveira. – Caicó, RN, 2025.

49 f.

Orientador(a): Prof. Antônio Leonardo Figueiredo Calou.

Monografia (Bacharelado em Psicologia) – Faculdade Caicoense Santa Teresinha. Curso de Graduação em Psicologia.

1. Mulheres Lésbicas - Monografia. 2. Estigma - Monografia. 3. Família - Monografia. 4. Cidade - Monografia. I. Oliveira, Rita de Cássia Dantas de. II. Faculdade Caicoense Santa Teresinha. III. Título.

RN/BU/FCST

CDU 159.9

RITA DE CÁSSIA DANTAS DE OLIVEIRA

VOZES SILENCIADAS TAMBÉM ECOAM: ESTIGMA, FAMÍLIA E CIDADE NAS
HISTÓRIAS DE VIDA DE MULHERES LÉSBICAS

Monografia de graduação apresentada ao Colegiado do Curso de Bacharelado em
Psicologia da Faculdade Caicoense Santa Teresinha (FCST), como requisito para a
obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Aprovado em ____/____/____.

Prof.º Dr.º Antônio Leonardo Figueiredo Calou
Faculdade Caicoense Santa Teresinha

Prof.ª Me. Josyanne Gomes Alencar
Secretaria de Educação do Ceará

Prof.ª Me. Daniele Vitória Lima da Silva
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Às duas mulheres lésbicas incríveis que fizeram parte deste trabalho, contribuindo com suas narrativas de histórias de vida. E, com isso, a toda pessoa que ama fora da normatividade social. Que sua liberdade de amar quem deseja seja respeitada e que seus modos de desejar, sentir e amar não gerem estigmas, distanciamentos e ódios na sociedade em que vivemos.

AGRADECIMENTOS

Agradecer a quem nos ajudou, fez parte da nossa trajetória e contribuiu com apoio e incentivo é um gesto essencial — é o mínimo que podemos fazer para retribuir todo carinho e atenção recebidos. Confesso que sempre tenho receio de me esquecer de mencionar alguém importante, especialmente por deixar essa escrita para o fim, quando a mente já está cansada. Ainda assim, reservo este espaço para expressar minha mais profunda gratidão àqueles que estiveram presentes nessa caminhada tão significativa da minha vida. Sem essas presenças, nada teria o mesmo valor.

Primeiramente, ao meu orientador, o incrível Leonardo Calou — o Léo —, que chegou com uma luz tão bonita, com um conhecimento extraordinário e com um aconchego tão confortante que não havia como não admirá-lo e respeitá-lo desde o primeiro contato. Ele topou, com sensibilidade e coragem, o desafio de discutir comigo sobre gênero e sexualidade. Sou profundamente grata por isso. Sua humildade é admirável, e a honra que sinto por tê-lo como orientador não pode ser medida. Minha eterna gratidão! Pela confiança, por acreditar que conseguiria, pela serenidade na condução de cada etapa e por ser esse ser humano incrível!

Não posso deixar de agradecer a duas pessoas que, querendo ou não, influenciaram diretamente minha decisão de ingressar no curso de Psicologia: Soraya, que era minha gestora em 2020 e foi quem me informou sobre a abertura do curso e me incentivou, conhecendo meu interesse pela área e me autorizando a ajustar meus horários no trabalho para conciliar com o curso; e sua filha Ryna, que tirou todas minhas dúvidas, passou todas as orientações iniciais do curso, leituras e estudos dos professores, já que ingressei uma semana após as aulas terem iniciado. Foi também minha parceira de seminários. A vocês duas, meu muito obrigada!

Agradeço, com amor e carinho, a toda a minha família — pais, irmã, sobrinhas, tios, tias, primas, padrinhos. Vocês são os meus alicerces, uma das razões da minha existência. Amo vocês infinitamente e agradeço por todo o apoio ao longo dessa caminhada.

Aos meus amigos e amigas, comadres, afilhados e afilhadas: não consigo citar todos aqui, mas cada um e cada uma estão guardados com muito carinho no meu coração. Obrigada pelo incentivo constante. Amo vocês grandiosamente.

Ao corpo docente do curso de Psicologia da Faculdade Caicoense Santa Teresinha, minha profunda gratidão. Vocês foram base essencial na minha formação,

nas experiências acadêmicas e em tantas partilhas. Tenho enorme admiração, carinho e respeito por cada um e cada uma de vocês que me acompanharam nessa jornada. São grandes inspirações.

À minha turma de Psicologia, cada um com um sonho e uma história de vida. Foi um prazer trilhar esse caminho com vocês. Em especial, agradeço àqueles que se tornaram amigos. Minha gratidão!

À banca examinadora composta por duas mulheres e profissionais incríveis, Josyanne Gomes e Daniele Vitória: obrigada por me concederem a honra de contar com a presença e leitura crítica de vocês na defesa da minha monografia. Que potência!

Às duas mulheres maravilhosas que participaram deste trabalho com suas histórias de vida, minha eterna gratidão. Obrigada por confiarem em mim e contribuírem com tanto significado.

Ao professor Ismael Victor, com quem iniciei minha trajetória no estágio em Psicologia Jurídica e de quem tive a alegria de ser monitora nas disciplinas de Avaliação Psicológica e Psicologia Jurídica: foram muitos aprendizados, partilhas, parcerias e acolhimento. Gratidão por toda a confiança, carinho e apoio. Minha admiração e respeito!

Ao meu atual supervisor de estágio em Psicologia Jurídica, Maurício, obrigada por todas as partilhas, pela escuta, pela sensibilidade e pela condução generosa nesse percurso. Agradeço pelo apoio em meio aos compromissos acadêmicos e profissionais e pelas trocas que tanto me fizeram crescer. Minha admiração e carinho!

Aos meus diretores Raniery Pimenta e Leandro Trigueiro, obrigada pela sensibilidade, atenção e confiança em meu trabalho, bem como pelo incentivo nessa caminhada. Minha gratidão e admiração.

Ao meu gestor Benjamim Garcia, obrigada por me apoiar e por permitir que eu seguisse na trajetória acadêmica sem prejuízos, acreditando no meu profissionalismo e na minha capacidade de dar conta do trabalho como Pedagoga do Senac Caicó e da construção desse sonho.

À minha gestora Lucélia, pelo incentivo e por acreditar em meu percurso. E aos colegas do Senac RN e Senac Caicó, alguns dos quais se tornaram grandes amigos e aliados nesta minha trajetória, como minhas amigas Elly, Manu Araújo e Mariana: obrigada por tudo!

Ao meu psicólogo Alexandre, por toda a condução no processo terapêutico. Você é incrível. Estendo esse agradecimento também a todos os profissionais da Psicologia que, mesmo não sendo meus professores, contribuíram com partilhas e inspiração ao longo da minha formação.

A minha fé me fortalece e me sustenta. Agradeço a Deus, por ser essa força interna que me manteve firme mesmo diante das turbulências da caminhada.

Por fim, a todos que, mesmo não citados aqui, contribuíram de alguma forma com minha trajetória: saibam que levo vocês comigo. Gratidão por tudo!

"Eu não sou livre enquanto qualquer mulher não for livre, mesmo que as correntes dela sejam diferentes das minhas." (Audre Lorde)

RESUMO

O presente trabalho desenvolve-se a partir das discussões sobre estigma, família e cidade nas histórias de mulheres lésbicas. Ao articular essas três categorias, buscou-se enfatizar as vivências, desafios, escolhas e sentimentos que atravessam a vida dessas mulheres, entrelaçando-as aos referenciais teóricos sobre o tema. O objetivo foi compreender o estigma na vida de mulheres lésbicas a partir das suas relações familiares e experiências com a cidade. A pesquisa utilizou o método da história de vida, por meio da escuta de duas participantes nordestinas. As análises revelam que as marcas do estigma se manifestam de modos diversos, incluindo exclusão direta, silenciamentos e exigências de “discrição” como condição de pertencimento. As dinâmicas familiares mostraram-se ambíguas, coexistindo afeto e negação, acolhimento e invisibilidade. Já as cidades aparecem tanto como territórios de repressão quanto como espaços de reinvenção subjetiva, evidenciando que o espaço também atua na produção e regulação das identidades. Compreender o estigma nessas duas dimensões, família e cidade, implica reconhecê-lo como uma construção social que atravessa os vínculos afetivos e os territórios vividos. Por outro lado, também se destaca a existência de estratégias de resistência, afetos preservados e deslocamentos simbólicos que possibilitam a afirmação identitária e o direito ao amor com dignidade.

Palavras-chave: Mulheres Lésbicas. Estigmas. Família. Cidade.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO - DESVENDANDO A PESQUISA.....	11
2. ESTIGMA, FAMÍLIA E CIDADE: IMPLICAÇÕES À IDENTIDADE SEXUAL.....	17
2.1 ESTIGMA E IDENTIDADE SEXUAL.....	19
2.2 FAMÍLIA COMO ESPAÇO DE PRODUÇÃO E (RE)PRODUÇÃO DE ESTIGMAS.....	23
2.3 A CIDADE COMO CENÁRIO DA VIVÊNCIA E DO ESTIGMA.....	25
2.4 CONEXÕES ENTRE ESTIGMA, FAMÍLIA E CIDADE.....	27
3. HISTÓRIAS E ENCONTROS COM MULHERES LÉSBICAS.....	30
3.1 TRAJETÓRIA DE VIDA E IDENTIDADE SEXUAL.....	31
3.2 RELAÇÃO FAMILIAR.....	35
3.3 RELAÇÃO COM A CIDADE E OS CONTEXTOS SOCIAIS.....	37
4. APROFUNDANDO DISCUSSÕES: TECENDO DIÁLOGOS ENTRE HISTÓRIAS DE VIDA E CONSTRUÇÕES TEÓRICAS.....	40
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
REFERÊNCIAS.....	47

1. INTRODUÇÃO – DESVENDANDO A PESQUISA

O presente trabalho que ora se configura desenvolve-se a partir das discussões sobre estigma, família e cidades nas histórias de mulheres lésbicas. Ao analisar essas três categorias e promover reflexões sobre a temática, busco enfatizar as vivências, desafios, escolhas e sentimentos que permeiam a vida dessas mulheres. Essas discussões têm como propósito contribuir para a valorização de suas escolhas e emoções, afirmando que suas experiências são legítimas e merecem ser discutidas e reconhecidas com a devida importância no âmbito social.

A motivação para o desenvolvimento deste tema surge de vivências pessoais e acadêmicas. A convivência com pessoas próximas, muitas vezes sufocadas por seus modos de desejar, que se viram obrigadas a esconder suas formas de amar para evitar rótulos e exclusão social, tocou-me profundamente. Ouvir seus relatos de desejos, desafios e angústias e presenciar suas experiências de muitas vezes não conseguirem viver suas relações ou vivê-las escondidas da sociedade devido a estigmas e a rótulos sociais, provocou inquietações e preocupações pessoais¹.

Adicionalmente, quando foi ofertada a disciplina optativa no curso de Psicologia da Faculdade Caicoense Santa Teresinha, intitulada *Gênero, Sexualidades e Psicologia Pós-Estruturalista*, a escolha para cursá-la me direcionou o intuito de agregar conhecimentos e discussões sobre gênero e sexualidade devido à minha área de atuação profissional com a educação e, por sua vez, suscitou o reconhecimento de algumas histórias vivenciadas por essas pessoas próximas, por meio dos estudos, reflexões e discussões na disciplina. Com isso, despertou o desejo de contribuir, com formação em psicologia, para estudos embasados sobre o tema. Assim, entrelaça aqui as percepções pessoais, o afeto e o compromisso ético-político com a promoção de debates que possam contribuir para essa realidade.

¹ Importante ressaltar aqui que a referida escrita acadêmica seguirá seu discurso, discussões e reflexões em primeira pessoa, visto a natureza da discussão, por envolver afetos e aproximações, bem como pela natureza da metodologia de história de vida que valoriza as experiências subjetivas, possibilitando uma compreensão mais humanizada do tema. E vale ressaltar que não existe pesquisa efetivamente imparcial e objetiva. Como Leite (2024) afirma, não existe neutralidade, a escrita é sempre influenciada pelas experiências e pelo repertório de quem a realiza, sendo marcada pela articulação de conceitos e problematizações. Ainda que se busque uma postura neutra ou que se tente sustentar a ideia de uma fala isenta, essa neutralidade permanece como um imaginário. A autora ainda reforça que a escrita em primeira pessoa não apenas preserva a cientificidade da pesquisa, mas também a enriquece, promovendo uma abordagem mais reflexiva, transparente e inclusiva, permitindo que o pesquisador se posicione de maneira crítica e consciente, contribuindo para um diálogo mais profundo e significativo no campo acadêmico.

Este estudo busca, portanto, considerar a dignidade e o valor dessas pessoas que fogem à normatividade de gênero. Seus modos de desejar são legítimos e não podem ser usados como justificativas para discriminação. E, para além do acolhimento e do apoio, há o desejo de manifestar admiração e respeito.

E é no *lugar de fala* (Ribeiro, 2019) de uma autora hétero, que me coloco neste texto, do qual compreendo que faço parte e reconheço ser uma identidade normativa social, hegemônica, que se torna historicamente a identidade do poder, opressiva às demais identidades e, por isso, compreendo as questões estruturais que me envolvem e que, por vezes, podem me capturar.

Mas pensando os modos de desejar de cada sujeito como sendo dignos de respeito e de se viver tal desejo, como também acreditando que a identidade de gênero é movimento e não fixa, que faço um pedido de licença para trazer vozes e discursos dos indivíduos homossexuais, mais específicos, de mulheres lésbicas, de suscitar discussões e reflexões sobre suas vivências, desejos, desafios e olhares sobre estigma, família e cidade. Não se trata apenas de oferecer suporte, mas dentro do discurso em questão, é fundamental ouvir e amplificar as vozes, acompanhar suas experiências e perspectivas singulares, como forma deste trabalho ser um meio de comunicar socialmente os estigmas sofridos por essa população.

Vale ressaltar que meu lugar de fala leva em consideração o conceito que a autora Djamilia Ribeiro (2019) aborda. A questão de que não é necessário viver diretamente a dor ou a realidade de uma experiência para discutir sobre ela, mas enfatiza a importância de reconhecer as limitações e responsabilidades que vêm com essa discussão.

A autora argumenta que, embora pessoas de diferentes contextos possam ter a capacidade de falar sobre as experiências de grupos marginalizados, é fundamental que essa fala seja feita com sensibilidade e respeito. Destaca também, que, ao discutir realidades que não são vividas pessoalmente, é importante ouvir e dar voz àqueles que realmente vivenciam essas experiências. Isso implica um reconhecimento das hierarquias de poder e das dinâmicas de opressão que moldam as interações sociais em suas intersecções de marcadores sociais da diferença, a exemplo das questões de gênero, de sexualidade, de raça e de classe. Ainda complementa que a discussão sobre o lugar de fala não deve ser usada como uma forma de silenciar vozes, mas como uma maneira de promover uma reflexão ética sobre quem fala e de que lugar se fala. (Ribeiro, 2019).

Movendo-me por esse viés de sensibilizar o olhar para tentar enxergar as várias faces da opressão, este trabalho propõe, sob a perspectiva da Psicologia, colaborar de maneira crítica e reflexiva com essas discussões. O intuito é deixar registradas as vozes que, muitas vezes, são silenciadas, mas que merecem ser ecoadas e amplificadas, visualizadas e compreendidas para muito além do que impõe a norma social e a própria academia.

Vale salientar que a importância de discutir estigma, família e cidades nas histórias de mulheres lésbicas está enraizada na crescente luta por respeito e valorização da diversidade humana. Apesar dos avanços sociais observados em algumas áreas, a sociedade contemporânea ainda carrega estigmas e preconceitos profundamente arraigados, que resultam em discriminação para indivíduos, cuja identidade sexual foge à normatividade social. Esses efeitos que partem do campo das relações sociais, afetam diretamente o bem-estar desses indivíduos.

Assim, esse estudo visa contribuir para a sociedade ao trazer vozes que, por vezes, são silenciadas; apresentar as experiências de quem enfrenta o estigma devido à sua identidade sexual, suas relações familiares e com a cidade. Busca criar conscientização sobre a importância de se construir espaços sociais acolhedores, empáticos e respeitosos, em que todas as formas de amar sejam valorizadas. O reconhecimento da pluralidade das expressões afetivas é essencial para reduzir os impactos gerados por discriminações e estigmatizações.

Cientificamente, este estudo insere-se nas discussões contemporâneas da Psicologia, em particular no campo da Psicologia Social, que investigam como fatores sociais e culturais influenciam a vivência de pessoas da comunidade LGBTQIAPN+². O preconceito e a discriminação contra pessoas que fogem às normatividades devido às suas identidades sexuais são temas discutidos em pesquisas³, especialmente

² A sigla LGBTQIAPN+ representa a diversidade de identidades sexuais e de gênero dissidentes, como lésbicas, gays, bissexuais, travestis, pessoas trans, queers, intersexuais, assexuais, pansexuais e não-binárias, entre outras. O uso do sinal "+" busca garantir a inclusão de outras identidades que não estão explicitamente representadas nas letras anteriores. Assim, o acrônimo é constantemente atualizado, podendo aparecer em variações como LGBT+, LGBTQIA+ ou LGBTQIAP+, reforçando seu caráter inclusivo. Mais do que uma representação, essa sigla também funciona como um instrumento de visibilidade e reconhecimento social para identidades historicamente marginalizadas, mesmo que essas ainda enfrentem exclusões em diversos espaços (Brasil, 2025). Tal sigla será usada ao longo deste trabalho para designar pessoas dissidentes de gênero e sexuais. E qualquer outra variação da referida sigla aqui utilizada, mediante o diálogo com os autores, não será necessário de explicação adicional do seu significado, visto estar sendo contemplado nesta nota.

³ Dentre as pesquisas, posso citar os dados de 2023 do Observatório de Mortes Violentas de LGBTQ+ no Brasil, do Grupo Gay da Bahia (GGB), uma associação de defesa dos direitos humanos dos LGBTQ no Brasil. Os dados apontam que em 2023, o Brasil manteve-se como o país com maior número de

devido ao aumento da conscientização sobre as implicações da saúde mental nessa população. Por meio da análise crítica e reflexiva das categorias estigma, cidade e família, o trabalho conecta-se a teorias de identidade social, enriquecendo o campo de estudo com dados empíricos que podem ser utilizados em futuras intervenções e pesquisas.

O estudo é feito junto de mulheres lésbicas que fazem parte do meu círculo de convivência e com as quais mantenho vínculos de proximidade. Assim, a pesquisa foi realizada com duas participantes nordestinas: uma que viveu em uma cidade do interior e atualmente reside em uma cidade grande, e outra que sempre morou em uma cidade grande. Acompanhei e acompanho suas histórias, sonhos, lutas, vivências e relações com a família, a cidade e os estigmas. E com a finalidade de preservar suas identidades, nomes, cidades e outras informações específicas que possam identificá-las, resolvi que tais dados serão omitidos e transcritos com outros fictícios.

Portanto, o presente estudo pretende responder ao seguinte problema de pesquisa: como o estigma, as relações familiares e a experiência com a cidade impactam a vida de mulheres lésbicas?

Com isso, o objetivo é compreender o estigma na vida de mulheres lésbicas a partir de suas relações familiares e de experiências com a cidade.

Desse modo, esse trabalho insere-se em um procedimento metodológico de caráter qualitativo, o qual valoriza a relação entre o pesquisador e o sujeito da pesquisa, compreendendo esse vínculo como um espaço de construção e diálogo sobre experiências humanas (Silva *et al*, 2007). Tendo como método a História de Vida, que à luz do pensamento de Silva *et al* (2007) tem um objetivo principal, que é compreender as articulações entre a história individual e a história coletiva,

homicídios e suicídios de pessoas LGBTQ+, com 257 mortes violentas registradas, o que equivale a uma morte a cada 34 horas. Apurou que, desse total, 127 eram travestis e transexuais, 118 gays, 9 lésbicas e 3 bissexuais, evidenciando o caráter de crimes de ódio contra essa população (Grupo Gay da Bahia, 2024). Outra fonte importante de pesquisa são os relatórios do Atlas da Violência. No Atlas da Violência de 2025, evidencia que a população LGBTQIAPN+ continua enfrentando intensas violações de direitos e violência sistemática no Brasil. Com base em dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), observa-se que a violência contra essa população está ligada a um cenário de desigualdade estrutural, preconceito e ausência de políticas públicas efetivas. Os dados mostram um crescimento preocupante de casos de violência psicológica, física e sexual, além de tentativas de suicídio e autoagressões, que funcionam como indicadores da degradação da saúde mental provocada pela exclusão social. As agressões frequentemente ocorrem no ambiente doméstico ou em locais públicos e são majoritariamente cometidas por homens (Brasil, 2025).

funcionando como uma ponte entre a trajetória pessoal e a social e que permite aos indivíduos revisitar e reinterpretar suas experiências. Promove uma rememoração que é vista como um processo valioso e ético, que enriquece a compreensão da vida do sujeito.

O autor complementa que o método de História de Vida se inicia a partir do interesse do participante em narrar sua própria trajetória, sendo convidado a contar sua história livremente, por meio de uma entrevista não estruturada. A escolha do sujeito ocorre com base nas relações previamente estabelecidas pelo pesquisador no contexto investigado, considerando a disponibilidade e o desejo de participação. O desenvolvimento do método acontece a partir do vínculo e da confiança construídos ao longo da interação, favorecendo a produção de sentidos compartilhados (Silva *et al*, 2007).

Para Bragança (2012), sobre o método História de Vida, o autor relata que as narrativas de vida, tanto individuais quanto coletivas, representam uma maneira tipicamente humana de produzir e ressignificar conhecimentos, manter viva a memória, constituir identidades e atribuir valores simbólicos a objetos e espaços.

Assim, o método de História de Vida configura-se como uma ferramenta que favorece uma relação entre pesquisador e participante pautada na ética e na alteridade. Nesse processo, as lembranças não se limitam à repetição do passado, mas envolvem reconstrução, ressignificação e deslocamento. A coleta das histórias acontece no tempo próprio do encontro entre os sujeitos envolvidos (Nogueira *et al*, 2017).

Desse modo, através da história de vida, busco captar não apenas o conteúdo das vivências, mas também a forma como as entrevistadas interpretam e refletem sobre suas trajetórias, promover uma validação interna e uma reflexão crítica acerca dos processos que envolvem o estigma, as relações familiares e da cidade em suas vidas.

Vale salientar, também, que o vínculo entre pesquisador e sujeito pesquisado é fundamental para a compreensão da realidade a ser estudada. O compromisso do pesquisador é com a realidade e a experiência do sujeito. Essa aproximação permite confiança, segurança e mais abertura para o sujeito pesquisado compartilhar suas narrativas, assim como ocorreu na pesquisa em questão, da minha relação com as entrevistadas.

Dessarte, esse trabalho estrutura-se em três capítulos, além da introdução que ora se apresenta e considerações finais. O primeiro capítulo abordará as discussões teóricas sobre estigma, normatividade, gênero, sexualidade, família e cidade; o segundo capítulo trará as histórias de vida das participantes, com suas narrativas e análises; e o terceiro capítulo apresentará, de forma mais aprofundada, a relação das narrativas das participantes com as construções teóricas dos autores que discutem sobre estigmas, relações familiares e cidade.

2. ESTIGMA, FAMÍLIA E CIDADE: IMPLICAÇÕES À IDENTIDADE SEXUAL

Quando proponho discutir o estigma, a família e a cidade nas implicações à identidade sexual, especialmente no que se refere à homossexualidade, torna-se pertinente, inicialmente, dialogar com autoras e autores que abordam a trajetória histórica da população homossexual, traçando um recorte dessas vivências ao longo do tempo.

Essa trajetória inclui os movimentos homossexuais no Brasil e sua luta por direitos civis, enfrentando tanto a criminalização quanto o estigma direcionado àqueles que amam fora da norma heterossexual. Nesse sentido, Facchini (2003) apresenta um panorama sobre o surgimento desses movimentos, que começaram a se estruturar na segunda metade dos anos 1970, por meio de associações e entidades defensoras do direito à livre sexualidade. Esses grupos reuniam pessoas com diferentes identidades sexuais e buscavam tanto o reconhecimento de seus direitos quanto a criação de espaços políticos próprios.

Dentre tais grupos, faço aqui a representação do *Grupo Somos*, o qual o movimento homossexual tem seu surgimento no Brasil associado à fundação do referido grupo, no ano de 1978, em São Paulo. Ele é reconhecido como o primeiro coletivo brasileiro a politizar a questão da homossexualidade. Sua relevância histórica não se limita ao pioneirismo ou à atuação expressiva, mas também ao fato de ter sido amplamente documentado e analisado por autores como MacRae (1985/1990) e Trevisan (1986) citado por Facchini (2002), o que contribuiu para que seu modelo de militância influenciasse tanto outras organizações quanto a produção acadêmica sobre o tema (Facchini, 2002)

A autora também observa, na década de 1980, que o movimento enfrentou um período de retração, intensificado pela epidemia de AIDS, que impactou duramente a comunidade gay. Apesar dos desafios, o movimento passou por uma reorganização, voltada ao acolhimento, à informação sobre a doença e à luta contra o estigma associado tanto à AIDS quanto à homossexualidade. Foi também nesse período que o movimento passou a se diversificar, incorporando outras identidades, como as de lésbicas e travestis (Facchini, 2003).

Inclusive, Facchini (2002, p. 89) destaca que, a partir de 1992, “[...] ocorreu um aumento de participação de grupos exclusivamente lésbicos nos encontros nacionais do movimento”. Além disso, a autora destaca a importância de reconhecer que as

diferenças entre gays e lésbicas eram objeto de debates permanentes, com a busca por paridade e reconhecimento de suas especificidades. As resoluções do movimento pretendiam atuar de forma conjunta, mas também reconheciam demandas específicas das lésbicas, incluindo questões relacionadas à violência, direitos civis (como atuação em relação ao Código Civil e Penal), e a necessidade de intercâmbio de materiais e ações que dialogassem com suas especificidades (Facchini, 2002).

Ademais, destaca-se que, a partir da década de 1990, o movimento homossexual passou por um "reflorescimento", com o surgimento de novas organizações⁴ e uma articulação política mais robusta. Esse novo momento foi marcado pela luta por direitos civis, onde reivindicavam o reconhecimento do casamento entre pessoas do mesmo sexo e o combate à discriminação, e por uma ampliação na compreensão da diversidade sexual e de gênero, incluindo pautas como a violência de gênero e a desigualdade social (Facchini, 2003).

Carrara (2019) analisa o cenário do século XXI, marcado por importantes conquistas do movimento homossexual no Brasil. Entre elas, destaca-se o reconhecimento da união estável homoafetiva pelo Supremo Tribunal Federal em 2011, o direito à autodeterminação de gênero em 2018, e a equiparação da homofobia e transfobia ao crime de racismo em 2019. Apesar desses avanços significativos no campo dos direitos civis, também se observam retrocessos importantes.

Um exemplo marcante foi a suspensão do programa "Escola Sem Homofobia"⁵ em 2011, além da crescente reação contrária a políticas educacionais voltadas à promoção de uma educação não sexista e anti-homofóbica, especialmente a partir de 2014. Esse cenário foi agravado pela ascensão de discursos conservadores, em especial durante o governo do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, iniciado em

⁴ Pode ser citado a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis; o Fórum Paulista de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros; e o Grupo Corsa, por exemplo (Facchini, 2002).

⁵ O Plano Plurianual (PPA) 2004-2007, ao estabelecer diretrizes no Programa Direitos Humanos, Direitos de Todos, previu a elaboração de um plano específico de combate à discriminação contra homossexuais. Em consonância com esse compromisso, a Secretaria Especial de Direitos Humanos lançou o programa "Brasil Sem Homofobia", voltado ao enfrentamento da violência e da discriminação contra pessoas GLTB e à promoção da cidadania homossexual. O objetivo principal do programa é garantir a cidadania de gays, lésbicas, travestis, transgêneros e bissexuais por meio da equiparação de direitos e do combate à homofobia, respeitando as especificidades de cada grupo. Para isso, o programa contempla ações como o apoio a projetos de fortalecimento institucional, capacitação de profissionais e ativistas da área, disseminação de informações sobre direitos e valorização da autoestima homossexual, além do incentivo à denúncia de violações de direitos humanos contra esse público (Brasil, 2004).

2019, que promoveu o desmonte de políticas públicas voltadas à população LGBTI, intensificando a polarização política e social no país (Carrara, 2019).

Sousa Júnior e Mendes (2021) ressaltam que ainda há forte resistência à consolidação e efetivação de políticas públicas voltadas à população LGBT no Brasil. Isso se deve, principalmente, à influência de segmentos conservadores e religiosos, que atuam como barreiras aos avanços conquistados. Segundo os autores, embora haja algum progresso, a fragilidade no respaldo jurídico, a escassez de recursos orçamentários e a ausência de uma interlocução eficaz entre Estado e sociedade civil continuam dificultando a implementação de políticas mais abrangentes e efetivas.

Observa-se, portanto, o movimento contínuo da comunidade homossexual em busca de espaços onde seja possível viver livre dos estigmas impostos pela heteronormatividade. Isso evidencia a necessidade de construção de uma sociedade em que essas pessoas possam existir em seus modos de ser e de desejar, com dignidade, respeito e liberdade.

A partir desse panorama histórico e político da trajetória do movimento homossexual no Brasil, torna-se possível compreender como o estigma social se mantém presente, mesmo diante de conquistas legais importantes. A homossexualidade, apesar dos avanços, ainda é marcada por processos de marginalização, especialmente em contextos nos quais a heteronormatividade permanece como referência dominante.

Nesse sentido, a discussão será pautada, de forma mais aprofundada, como o estigma, as dinâmicas familiares e os espaços urbanos, enquanto contextos simbólicos e concretos, provocam implicações à identidade sexual.

2.1 ESTIGMA E IDENTIDADE SEXUAL

Em uma sociedade repleta de normas que nos aprisionam e estabelecem o que é considerada conveniente ou aceitável, somos constantemente revestidos de símbolos normativos que, muitas vezes, ocultam nossas singularidades desejantes e limitam a liberdade de construir quem realmente desejamos ser (Deleuze e Guattari, 2012; Guattari e Rolnik, 2013). Essas imposições sociais geram um ambiente de opressão, no qual aqueles que fogem das expectativas normativas enfrentam preconceito e discriminação.

A opressão da singularidade e da diversidade sexual é uma forma de controle social, que silencia e exclui vozes dissidentes, reforçando um ciclo de estigmatização que impacta diretamente a saúde mental e emocional desses indivíduos. Assim, entender e questionar essas normas é fundamental para promover uma sociedade mais respeitosa, onde todas as formas de ser e amar sejam aceitas e valorizadas.

Ao escrever sobre estigmas, Goffman (2004) apresenta uma discussão pertinente sobre esse conceito e como ele é vivenciado na sociedade. Ele afirma que, quando nos deparamos com alguém que aparentemente é diferente dos outros dentro de uma categoria social na qual poderia ser incluído, podem surgir dúvidas de que essa pessoa possui um atributo que a torna menos agradável ou inferior.

Para o autor, em casos extremos, essa diferença pode fazer com que o indivíduo seja visto como completamente mau, perigoso ou fraco. É nessa perspectiva que ele deixa de ser visto como um ser humano completo e é reduzido a alguém diminuído ou "estragado". Esse atributo, denominado estigma, adquire um efeito de descrédito significativo, sendo percebido como um defeito, fraqueza ou desvantagem. Ele reflete uma discrepância entre a identidade social virtual da pessoa, ou seja, como ela é vista socialmente, e sua identidade social real (Goffman, 2004).

Sendo assim, o estigma, sob o olhar do autor, é uma marca social que desqualifica uma pessoa, influenciando como ela é percebida, tratada e como ela mesmo constrói sua identidade em uma sociedade baseada em categorias e expectativas normativas (Goffman, 2004).

Paralelamente, aprofundado sobre a identidade social virtual e a identidade social real, o autor apresenta a identidade social virtual como sendo a imagem ou representação que uma pessoa apresenta ao público, muitas vezes controlada por ela mesma. Essa identidade é construída através de ações, comportamentos e comunicações que ela possui conhecimento e controle, com o objetivo de atender às normas sociais e evitar o estigma. Essa versão "virtual" da identidade pode incluir o modo como a pessoa se veste, suas palavras, sua postura e suas escolhas na apresentação pública.

Por outro lado, a identidade social real refere-se à condição, atributos e características que uma pessoa possui de fato, independentemente da forma como ela tenta se apresentar ou é percebida socialmente. Essa identidade é muitas vezes mais complexa, envolvendo aspectos que podem não estar visíveis ou que a pessoa tenta esconder para evitar o estigma ou julgamento negativo (Goffman, 2004).

Nesse sentido, Goffman (2004) debate que a identidade social virtual é uma espécie de "máscara" consciente ou inconscientemente apresentada ao público, enquanto a identidade social real é o conjunto de atributos e características que uma pessoa possui de fato. A relação entre elas é central para compreender a experiência do estigma e da exclusão social.

E sua discrepância (da identidade social virtual e identidade social real) pode ter impacto sobre o sujeito. Quando é percebida pelos outros ou mesmo pelo próprio indivíduo, ela frequentemente gera uma sensação de vulnerabilidade, insegurança e desconforto. Essa divergência pode levar o indivíduo a se sentir desacreditado ou estigmatizado, uma vez que suas ações ou atributos reais não correspondem às expectativas sociais ou à imagem que ele tenta projetar. Isso pode provocar uma sensação de alienação, pois o sujeito se vê como alguém que não é plenamente aceito ou compreendido pela sociedade, o que aumenta a sensação de exclusão.

Tais discussões me direcionam para como o sujeito representa sua identidade na sociedade e Goffman (1985), na sua obra intitulada "A representação do eu na vida cotidiana", discute que essa representação é por meio de performances e desempenhos sociais que visam criar e manter uma determinada impressão de si mesmo perante os outros. E que envolve a adoção de papéis específicos, utilização de máscaras ou "máscaras sociais", e a manipulação consciente ou inconsciente de símbolos, comportamentos e linguagem para ajustar a percepção que os observadores têm do indivíduo. Através dessas estratégias de apresentação, o sujeito busca estabelecer uma identidade que seja socialmente aceita, valorizada ou desejada dentro de um determinado contexto.

O autor também destaca que essa construção de identidade não é uma essência fixa, mas uma atividade contínua de encenação, na qual o indivíduo participa de uma espécie de dramaturgia social, ajustando sua performance às normas, expectativas e rotinas do ambiente social. Assim, a identidade na sociedade é representada e negociada através de uma série de performances que refletem tanto sua autoimagem quanto nas impressões que deseja causar nos outros (Goffman, 1985). Associando, assim, com as discrepâncias que Goffman (2004) apresenta sobre a identidade social virtual e identidade social real. O que, de fato, leva e circula sobre como eu e você nos comportamos e o reflexo para a sociedade, quem nos observa e como seremos vistos, aceitos ou não no meio em que nos propomos estar.

No que se refere aos estigmas no contexto de gênero e sexualidade, é primordial dialogar com Butler (2018, 2019). A autora entende por gênero uma construção social, discursiva e performativa, que não se refere a uma essência ou atributo interno natural, mas a um conjunto de atos, gestos, comportamentos e discursos reiterados que, ao longo do tempo, produzem a ilusão de uma identidade fixa e natural. O gênero não é algo que os sujeitos possuem ou trazem de maneira inata, mas algo que é criado e sustentado por práticas culturais específicas, que estilizam o corpo e a ação, reforçando a ideia de uma identidade de gênero contínua e estável. Essas práticas e discursos são realizados de forma reiterada e, assim, parecem consolidar uma identidade de gênero que, na verdade, é uma construção contingente e temporária.

Desse modo o gênero é algo que se constrói através de performances sociais. Os atributos e atos de gênero, assim como as formas como o corpo expressa sua significação cultural, são vistos como performativos. Isso implica que não existe uma identidade preexistente com base na qual esses atos ou atributos possam ser medidos. Portanto, não haveria atos de gênero que pudessem ser considerados verdadeiros ou falsos, reais ou distorcidos (Butler, 2018).

Assim, posso entender que os atributos de gênero não são expressões naturais ou reflexos de uma identidade preexistente, mas são construídos por meio de ações e comportamentos repetidos, chamados de "performativos". Ao contrário da visão de que o gênero seria uma expressão de uma essência interna ou uma verdade do "eu", Butler (2018) argumenta que a identidade de gênero é formada pelas ações que a pessoa realiza continuamente, em um processo social.

Portanto, ao citar os impactos causados pelo estigma à identidade sexual do indivíduo LGBTQIAPN+, é percebido que as normas sociais e os estigmas perpetuados por elas não apenas limitam as expressões de identidade e de afeto, mas também produzem sofrimento e marginalização.

Goffman (2004) nos mostra que o estigma desumaniza e reduz o indivíduo a um atributo depreciativo, enquanto Butler (2018; 2019) nos convida a repensar o gênero e a sexualidade como performances que desafiam as normas heteronormativas. Ao questionar a linearidade entre sexo e gênero e reconhecer a performatividade como um processo social contínuo, abre-se espaço para uma diversidade de identidades e expressões, contribuindo para a desconstrução de

estigmas e a promoção de uma sociedade onde amar quem se quer amar, seja possível.

Dessa forma, a amplificação dessas vozes silenciadas se torna não apenas um ato de justiça, mas também um passo significativo para a ampliação de formas possíveis de vida, das identidades e da diversidade humana em todas as suas formas, rompendo com os moldes normativos que limitam as possibilidades de ser e de amar em sua plenitude.

2.2 FAMÍLIA COMO ESPAÇO DE PRODUÇÃO E (RE)PRODUÇÃO DE ESTIGMAS

A família, muitas vezes idealizada como espaço de acolhimento e proteção, pode assumir, para pessoas cujas identidades sexuais fogem à norma heterossexual, um papel ambíguo de pertença e exclusão. Ao observar a sexualidade em contextos não normativos, Alencar (2019) aponta que emergem dinâmicas familiares marcadas por rejeições explícitas, aceitações condicionais, fingimentos de aceitação e silêncios estratégicos. Tais situações colocam o sujeito LGBTQIAPN+ em constante estado de alerta, negociação e reafirmação identitária.

Nesse sentido, a autora evidencia, em seu estudo com mulheres lésbicas, a complexidade dessas experiências por meio de relatos que vão desde ameaças e rejeições familiares até formas de aceitação genuína ou tolerância distante, como quando se aceita “melhor de longe”, mas o convívio cotidiano permanece marcado por tensões e desconfortos. Essas vivências demonstram que a identidade sexual, longe de ser uma questão individual e privada, torna-se ponto de conflito, transformação e renegociação dentro das relações familiares, gerando instabilidades emocionais e afetivas que exigem resiliência constante por parte daqueles que desafiam a norma heterossexual (Alencar, 2019).

A antropóloga também ressalta a importância da aceitação familiar, destacando seu impacto profundo e positivo na vida das mulheres lésbicas: proporciona apoio emocional, reduz conflitos internos, melhora as relações familiares, facilita projetos pessoais e profissionais, reduz preconceitos e estigmas, além de oferecer segurança e estabilidade.

De forma paralela, os estudos de Oliveira e Barreto (2019) revelam como o silêncio, a hierarquia geracional e as disputas micropolíticas estruturam o modo como a homossexualidade é vivida e percebida no interior da família. O silêncio, nesse

contexto, pode funcionar tanto como forma de proteção quanto como mecanismo de invisibilidade e negação, evitando conflitos diretos, mas também sufocando a possibilidade de diálogo e reconhecimento.

Os autores ainda destacam que a própria estrutura da família, tal como tradicionalmente concebida, configura-se como espaço de reprodução de normas e expectativas heteronormativas. Discursos velados, piadas, fofocas e ameaças implícitas operam como estratégias de exclusão social e reforço do estigma em torno de sujeitos LGBTQIAPN+. Assim, mesmo quando a sexualidade não é explicitamente discutida, ela se manifesta nos não ditos, nas tensões, nos olhares e nos julgamentos implícitos, moldando relações permeadas por ambivalência, medo e desejo de aceitação. (Oliveira; Barreto, 2019).

Eribon (2008) acrescenta que, diante de uma estrutura familiar fortemente marcada pela heteronormatividade, muitos sujeitos homossexuais desenvolvem, desde cedo, sentimentos de inadequação, isolamento e melancolia. A necessidade de manter o segredo sobre a identidade sexual, frequentemente vivido como culpa ou vergonha, favorece o desenvolvimento de uma vida interior intensa e a busca por espaços alternativos de pertencimento fora da família biológica, como redes de amizade, centros urbanos, ambientes artísticos e culturais.

O autor ressalta ainda que esse afastamento familiar, embora por vezes necessário para a preservação psíquica, implica também um trabalho de luto, nem sempre concluído, relacionado à perda de vínculos, expectativas e pertencimentos (Eribon, 2008).

Pecheny (2004, *apud* Oliveira, 2013) observa que o estigma relacionado à homossexualidade, diferentemente daquele vinculado à raça ou à religião, pode ser ocultado por meio de mecanismos de controle da informação pessoal, o que faz com que, muitas vezes, ele não seja compartilhado com o grupo familiar de origem. Oliveira (2013), ao ampliar esse pensamento, aponta que essa característica torna a homossexualidade um segredo central na constituição da identidade e das relações pessoais, fortalecendo os vínculos entre aqueles que compartilham essa vivência e gerando formas específicas de interação e conflito com outros grupos. Nessa dinâmica, o indivíduo homossexual tende a situar sua intimidade, aquilo que considera sua “vida verdadeira”, no âmbito das relações de amizade, enquanto associa o espaço familiar e os espaços públicos a contextos marcados por normas e coerções sociais.

O autor, ao dialogar com Edwards e Strathern (2000), também destaca que, nas redes familiares, ocorre um trabalho social que permite que certos vínculos sejam esquecidos ou enfraquecidos, resultando no distanciamento ou apagamento da conexão com alguns parentes. Esse processo atua como um mecanismo de gestão do parentesco, já que, embora teoricamente os laços possam se firmar, mas isso não é viável na prática. Dessa forma, os vínculos e os compromissos familiares podem ser negligenciados ou reativados conforme as circunstâncias e necessidades do momento, funcionando como um dispositivo que inclui ou exclui pessoas da rede de parentesco, sendo sempre possível reconhecer ou desconsiderar um parente⁶.

Compreender a família como espaço de produção e (re)produção de estigmas exige reconhecê-la, também, como lugar de disputas, silêncios, resistências e possibilidades de transformação. Em meio às tensões impostas pela normatividade heterossexual, os vínculos afetivos, tanto dentro quanto fora do núcleo familiar, revelam as múltiplas formas de existir e resistir daqueles que desafiam os padrões sociais impostos sobre o amor e a sexualidade.

2.3 A CIDADE COMO CENÁRIO DA VIVÊNCIA E DO ESTIGMA

A cidade, mais do que um simples espaço físico de convivência, configura-se como um cenário simbólico e político no qual se desenham relações de poder, visibilidade e exclusão. Sob a ótica de Cordeiro (2013), a cidade pode ser compreendida como um domínio sociocultural e interativo que, a partir de uma base territorial comum, envolve relações entre indivíduos e grupos, além da produção cultural e do acúmulo de conhecimentos compartilhados.

Para Rolnik (2004), ao refletir sobre a essência das cidades, a autora compara-as a um ímã, destacando seu papel de atrair, reunir e concentrar pessoas. A cidade é entendida como um espaço de convivência coletiva, onde mesmo na aparente solidão,

⁶ Uma exemplificação hipotética para apresentar essa dinâmica:

Imagine uma jovem lésbica, que foi expulsa de casa ao revelar sua identidade sexual. Durante anos, sua família rompeu contato com ela, ignorando sua existência em eventos familiares e redes sociais — ela foi, na prática, excluída da rede de parentesco. No entanto, ao adoecer gravemente, a mãe retoma o contato, motivada por um sentimento de culpa e pelo desejo de “reaproximação” antes que ela perca sua vida. Nesse momento, a jovem volta a ser considerada “filha”, “sobrinha”, “irmã”, sendo reintegrada simbolicamente à família. Esse movimento revela como os vínculos familiares podem ser acionados ou desfeitos conforme as circunstâncias afetivas, morais ou práticas, funcionando como um dispositivo seletivo que inclui ou exclui sujeitos de acordo com sua adequação ou não às expectativas familiares e sociais.

seja dentro de um apartamento ou em um veículo isolado no trânsito, o indivíduo permanece inserido em um coletivo maior, sendo sempre parte de um conjunto social.

Complementando o pensamento da autora supracitada, Guizzo (s.d) apresenta que cada espaço é uma composição de forças que se atualizam a cada instante, formando um espaço folheado com possibilidades infinitas que dependem das interações sociais, arquitetônicas e urbanísticas. Essa dinâmica faz com que a experiência de um lugar não seja fixa, mas vulnerável às forças que atuam nele, como as práticas e interesses dos sujeitos, objetos e fenômenos que o habitam.

No contexto das dissidências sexuais, a experiência urbana assume um papel ambivalente: ao mesmo tempo em que pode representar um refúgio, também reproduz e intensifica o estigma. Pereira Guimarães e Nobre (2024) argumentam que certos sujeitos, como pessoas em situação de rua, infâncias vulneráveis, indígenas e outros grupos marginalizados, ocupam na cidade, lugares que os tornam visíveis como “desviantes” ou “indesejados”. Essas vidas, ao serem estigmatizadas, tornam-se alvo de exclusão nos planos social, político e simbólico.

Essa lógica também se aplica às experiências de pessoas LGBTQIAPN+. A vivência da sexualidade e das identidades dissidentes encontra, nos espaços urbanos, tanto barreiras quanto possibilidades. A cidade pode mostrar-se hostil, com seus dispositivos de controle, vigilância e violência simbólica, mas também oferece brechas para a resistência, a reinvenção e a criação de novos modos de existir.

A filósofa e historiadora Margareth Rago (2015), ao articular seu pensamento ao de Michel Foucault, enfatiza que a cidade pode ser pensada como uma *heterotopia*, ou seja, um espaço onde se experimentam subjetividades libertárias e relações afetivas que escapam das convenções sociais. Esses espaços alternativos, muitas vezes marcados pela ocupação, pela arte, pela coletividade e pela contestação, oferecem possibilidades concretas de expressão e vivência para aqueles que enfrentam o estigma social em razão de sua identidade sexual.

Eribon (2008) ao considerar o impacto do estigma nas vivências urbanas de pessoas LGBTQIAPN+, destaca como o insulto, a injúria e a violência, física e simbólica, marcam profundamente a existência de gays e lésbicas, exigindo deles uma constante negociação com o espaço público. Desenvolve-se, assim, um saber prático e, muitas vezes, inconsciente: saber onde é possível expressar afeto, onde é necessário disfarçar-se, onde é perigoso existir.

Essa realidade leva muitos sujeitos dissidentes a migrarem para grandes centros urbanos, na esperança de escapar da hostilidade das pequenas cidades ou do ambiente familiar opressor. Como destaca Eribon (2008), a cidade grande se torna uma promessa de liberdade, anonimato e reconstrução subjetiva. É nela que muitos reconstróem suas trajetórias, buscam pertencimento e formam redes de apoio e sociabilidade. A migração urbana, nesse sentido, não é apenas geográfica, mas também simbólica e psicológica: representa uma ruptura com o passado e uma tentativa de criar novas possibilidades de existência.

Contudo, nem mesmo as metrópoles estão livres das práticas excludentes e da normatividade. A cidade acolhe e rejeita, visibiliza e marginaliza. Se, por um lado, permite encontros e reinvenções, por outro, também reforça a lógica do controle, da padronização e da violência contra aqueles que não se encaixam nos moldes esperados. Como complementa Eribon (2008), mesmo os homossexuais que se sentem mais livres nas grandes cidades dos países ocidentais precisam negociar constantemente sua relação com o entorno: onde é possível expressar afeições ao outro do mesmo sexo e onde é mais prudente evitar.

Dessa forma, a cidade se apresenta como um campo de disputa. É nela que se vivenciam os efeitos do estigma, mas também onde se constroem resistências. É um espaço em que se cruzam dor e potência, silêncio e voz, exclusão e visibilidade. Para o sujeito LGBTQIAPN+, a cidade pode ser tanto um cenário de violência quanto de transformação, um lugar de dor, mas também de reinvenção da vida.

2.4 CONEXÕES ENTRE ESTIGMA, FAMÍLIA E CIDADE

Na articulação entre estigma, família e cidade, observo que os discursos sociais sobre identidade sexual circulam de modo contínuo entre o espaço privado e o espaço público, reforçando normas e dispositivos de controle social. A cidade, enquanto território regulador da vida em sociedade, atua como produtora e reprodutora também de discursos heteronormativos, materializados nas instituições, políticas públicas, práticas sociais e na organização dos espaços urbanos.

Nesse sentido, corroboro com o pensamento de Cordeiro (2013), segundo o qual, nos estudos sobre memórias coletivas nas sociedades contemporâneas, modernas e urbanas, os núcleos que ancoram a memória coletiva são atravessados por múltiplas influências, refletindo subjetividades partilhadas e expressando um

conjunto de características que, na interação entre os indivíduos, preservam, recriam e ressignificam aspectos tanto da vida coletiva quanto da individual.

A cidade, enquanto espaço social, pode tanto reforçar normas quanto abrir brechas para sua transgressão. Em determinadas situações, ela age como extensão do olhar moral da família, tornando-se um campo que requer cuidados, marcado por preconceito, violência e exclusão. Em outras, no entanto, a cidade oferece fissuras onde a diferença pode se expressar, seja nos encontros, nos coletivos, nos corpos que performam resistência nos espaços urbanos. Essas fissuras criam oportunidades de ruptura com a lógica dominante, funcionando como pontos de respiro e reinvenção subjetiva. A cidade é, portanto, um espaço ambíguo: nela coexistem opressão e liberdade, controle e possibilidade, silêncio e voz.

Essa reflexão pode ser ratificada com base em Eribon (2008), para quem a cidade pode ser compreendida como um espaço de fuga frente ao horizonte da injúria que marca a vivência da homossexualidade em contextos opressivos. Inspirado por Erving Goffman, o autor destaca que, para os sujeitos estigmatizados, migrar para a cidade não é apenas uma busca por anonimato ou por parceiros, mas um movimento que implica uma ruptura biográfica profunda. Essa mudança territorial representa, sobretudo, a possibilidade de reconstrução da subjetividade e de reinvenção da própria identidade.

Posso refletir, então, que diante da experiência de exclusão e sufocamento familiar, o deslocamento geográfico se apresenta como estratégia de sobrevivência e de reconfiguração da própria existência. Migrar para cidades maiores, mais plurais e menos controladoras, representa, muitas vezes, a busca por ambientes onde a expressão da identidade possa ser vivida com menor vigilância. Esse movimento não se resume ao desejo de fuga, mas envolve a tentativa de reconstruir vínculos, acessar redes de apoio e, sobretudo, afirmar a própria existência em territórios que reconheçam sua legitimidade.

Em síntese, família e cidade são categorias que se coproduzem em sua relação com os estigmas, elas os fabricam, os sustentam ou, em alguns casos, os desconstroem. A cidade amplia e reverbera o que é imposto nas relações familiares, mas também pode acolher o que foi rejeitado. Já a família, atravessada pelos discursos sociais mais amplos, ora protege, ora condena. É o que Alencar (2019) apresenta em seu estudo com mulheres lésbicas, em que os relatos permeiam desde ameaças e rejeições familiares até formas de aceitação genuína ou tolerância quando

se está distante. É entre opressões e invenções, deslocamentos e permanências, que o sujeito LGBTQIAPN+ vai desenhando sua trajetória, buscando, em meio às contradições, possibilidades de existência mais livres, dignas e plurais.

É a partir das reflexões e discussões aqui apresentadas que abro espaço para o próximo capítulo, no qual serão apresentadas as narrativas das histórias de vida das mulheres lésbicas entrevistadas, trazendo seus relatos sobre as vivências familiares, as trajetórias de vida e identidade sexual, bem como suas relações com a cidade, os contextos sociais e os efeitos dos estigmas nessas realidades. Tais relatos serão acompanhados de análises que buscam compreender como esses marcadores atravessam suas experiências.

3. HISTÓRIAS E ENCONTROS COM MULHERES LÉSBICAS

"Que nada nos defina, que nada nos sujeite. Que a liberdade seja a nossa própria substância." (Simone de Beauvoir).

As narrativas pessoais oferecem um caminho potente para compreender os efeitos do estigma na vida de quem desafia a normatividade social. Neste capítulo, compartilho os encontros com duas mulheres lésbicas e nordestinas, com as quais tenho vínculo de proximidade, cujas histórias revelam percursos marcados por tensões, afetos, rupturas e resistências, mas também por amor, carinho, acolhimento e respeito. Uma delas vivenciou a experiência de crescer em uma cidade pequena e, posteriormente, migrou para uma cidade de grande porte; a outra sempre viveu em contexto urbano de grande porte. Ambas relataram vivências de estigma atravessando suas relações familiares e sociais.

Com o compromisso ético de preservar suas identidades, optei por omitir nomes verdadeiros, locais específicos e demais informações que possam levar à identificação das participantes. Além disso, algumas informações, como nomes, idades aproximadas e estados de origem, foram propositalmente adaptadas ou são fictícios, sem prejuízo ao conteúdo das experiências compartilhadas, justamente para proteger o anonimato das entrevistadas. No entanto, para situar temporalmente suas trajetórias, informo que ambas estão na faixa etária entre 35 e 50 anos.

As entrevistas foram previamente agendadas, considerando a disponibilidade de cada participante. Por não residirem na mesma cidade que eu, os encontros aconteceram individualmente por meio de chamadas de vídeo via *Google Meet*⁷. Solicitei autorização para gravar os diálogos, o que possibilitou uma escuta mais atenta e fluida, permitindo que as emoções emergissem com liberdade. Fiz apenas anotações pontuais, com o intuito de não interromper o fluxo das falas e acolher os relatos por inteiro e em sua potência.

Como a escuta foi conduzida com base no método da História de Vida, contou com a minha mediação, enquanto pesquisadora, com o objetivo de manter o foco nos temas pertinentes à investigação. Ainda que não siga um roteiro rígido, a entrevista

⁷ Plataforma de videoconferência desenvolvida pelo Google, que tem como objetivo facilitar a comunicação e a colaboração online, tanto em contextos pessoais quanto profissionais. Ela oferece funcionalidades como chamadas de voz e vídeo, compartilhamento de tela, legendas em tempo real e gerenciamento de participantes, permitindo a realização de reuniões virtuais.

se organiza por meio de um direcionamento construído de forma dialógica, a partir dos temas centrais previamente definidos (Becker, 1999, *apud* Oliveira, 2013).

Nesse sentido, solicitei que as participantes compartilhassem suas trajetórias relacionadas à vivência da identidade sexual ao longo da vida, abordando também as relações familiares, experiências de estigmatização em contextos sociais e a influência das cidades, de pequeno e grande porte, em suas histórias. Ao longo deste capítulo, apresentarei essas narrativas divididas em três eixos temáticos: Trajetória de vida e identidade sexual; Relação familiar; e Relação com a cidade e os contextos sociais. Mais do que relatos, os encontros que aqui narro carregam emoções, memórias e afetos que atravessaram a mim e, espero, também alcancem quem se colocar disponível à “escuta”.

Para fins de identificação das personagens neste capítulo, apresento-as com dados fictícios:

Helena Duarte tem pouco mais de 30 anos e carrega nas palavras o peso e a beleza de uma vida atravessada por silêncios, deslocamentos e descobertas. Cresceu em uma pequena cidade do interior do Piauí, onde os papéis de gênero eram rígidos e a homossexualidade era um assunto sussurrado, quando não silenciado. Ao longo dos anos, migrou para uma capital nordestina em busca de autonomia e de um espaço onde pudesse respirar com mais liberdade. Em sua narrativa, emergem as marcas do estigma vivido no interior e os desafios enfrentados para reconstruir sua identidade sexual em um novo território, ainda assim permeado por preconceitos.

Luna Carvalho, por sua vez, tem mais de 40 anos e vive desde sempre em uma capital do Pernambuco, em meio a ruas movimentadas e discursos aparentemente mais abertos à diversidade. Sua história revela que a vivência em grandes centros urbanos nem sempre garante aceitação ou acolhimento. Entre escolas, amizades e experiências afetivas, Luna narra um percurso marcado pela constante negociação entre ser quem é e o medo da rejeição, inclusive dentro da própria família. Sua trajetória lança luz sobre as nuances do estigma em contextos onde a liberdade é prometida, mas nem sempre concretizada.

3.1 TRAJETÓRIA DE VIDA E IDENTIDADE SEXUAL

As trajetórias de vida das participantes revelam percursos distintos e, ao mesmo tempo, atravessados por experiências semelhantes de descoberta e

construção da identidade sexual. A história da Helena Duarte que cresceu em uma cidade pequena e, posteriormente, mudou-se para a cidade grande evidencia como o processo de compreensão de sua identidade sexual foi permeado por conflitos internos e externos, pelos silenciamentos sociais e familiares e por estratégias de sobrevivência diante do preconceito, por exemplo.

Assim, Helena Duarte, ao falar sobre sua trajetória de vida e identidade sexual, relatou que desde a infância não se sentia atraída por meninos e tinha mais afinidade com as brincadeiras consideradas "de menino", além de rejeitar roupas femininas como saias e vestidos. E que na adolescência, enquanto suas amigas vivenciavam paixões, ela não se identificava com esses sentimentos e só se envolvia com meninos por curiosidade ou para não se sentir deslocada, sem real envolvimento emocional.

Como se relacionava com diferentes grupos de pessoas, ao passar a conviver com mulheres mais velhas, lésbicas, viu-se altamente atraída por mulheres, mas nunca da sua idade, e sim das mais velhas, talvez por exalar uma experiência que ela ainda não tinha vivenciado. E seu primeiro relacionamento afetivo foi com uma delas, vivido de forma discreta por conta da cidade pequena e do conservadorismo local. Seguiram-se outros relacionamentos com mulheres, ainda ocultos, sempre marcados por conflitos internos e sociais, agravados pela opressão familiar e o envolvimento com a igreja. Tentativas de se relacionar com homens acabavam em frustração, por não haver conexão emocional ou sexual.

Ao mudar-se para uma cidade maior, devido aos estudos, esperava mais liberdade, mas encontrou uma família ainda mais conservadora. Mesmo assim, manteve relacionamentos com mulheres, geralmente mais velhas, e experimentou viver a afetividade com maior liberdade em outra cidade um pouco maior da que vivia antes de ir para a cidade grande, onde sua companheira, na época, morava e já havia assumido sua identidade. Embora tenha se sentido feliz nesse ambiente, percebeu que a verdadeira liberdade estava em poder escolher seus vínculos, independentemente da identidade sexual dos outros.

Nesse contexto supracitado, faz-se importante trazer sua fala para este espaço de diálogo e reflexões de sua história:

[...] Geralmente, para muitos, só faz sentido estar com pessoas da mesma orientação, mas eu, desde a cidade mediana, mesmo vivendo o bom da liberdade, entendi que o mais importante são as pessoas, não se elas são casadas, solteiras, héteros ou não... Mas entendo, principalmente, em

idades pequenas, com famílias conservadoras, o poder desses espaços como refúgio para determinadas pessoas poderem ser elas mesmas, sem mentir ou omitir parte de si.

Assim, posso dizer que a relação com essa pessoa foi o que me possibilitou conhecer esse mundo mais liberto das amarras do preconceito, onde eu podia dançar com quem eu estivesse, fazer carinho sem ser julgada; lugar, inclusive, para onde, nos finais de semana, ia gente de todas as cidades circunvizinhas, já que em cidade pequena, naquela época, há mais de 15 anos, era uma afronta tremenda dois homens darem as mãos ou duas mulheres, um selinho... (Helena Duarte, 07 de abril de 2025).

No entanto, o relacionamento acabou se tornando tóxico e apaixonou-se por uma pessoa da cidade grande com quem já tinha uma forte amizade. O envolvimento gerou um turbilhão de emoções, especialmente por ambas enfrentarem uma estrutura familiar extremamente conservadora. Ainda assim, decidiram viver essa história juntas, apesar das dificuldades, preconceitos e comentários velados.

Como mesmo Helena relata, em suas palavras:

Como são mais de 15 anos, é preciso resumir muito para contar tudo que tem sido vivenciar essa história que tinha tudo para nem passar do primeiro ano. Por falar nisso, tudo para ela era muito novo, e nem tínhamos como viver isso. No início, em segredo total, com o passar do tempo, fomos abrindo para umas pouquíssimas pessoas, pois sem elas, não poderíamos, afinal, como nos encontraríamos, como sairíamos? Tudo era motivo para se dizer algo com a gente, sempre de forma velada, mas sempre... Fomos aprendendo a driblar uns comentários desagradáveis, nos acostumar a certos olhares, porém, geralmente acontecia algo mais forte que nos atingíamos muito. Como temos personalidades fortes, fomos respondendo, pouco a pouco, com respeito, mas firmes, a todas as provocações. Entendemos também, logo, que o que a sociedade iria dizer seria o grande problema, assim, se fôssemos discretas, daria certo. E, passados mais de 15 anos, assim tem sido ainda: com discrição, mas sempre juntas; por respeito aos outros, nos reservamos, mas nunca deixamos de viver a nossa história. Talvez seja estranho ou até pareça ser simplesmente por medo que não vivemos nossa relação abertamente, mas não é, foi apenas um “lugar de paz” que encontramos em meio a pensamentos e perspectivas arraigadas de puro preconceito (Helena Duarte, 07 de abril de 2025).

O discurso de Helena revela como a vivência afetiva foi moldada pelos não ditos, olhares e piadas que, embora sutis, funcionam como dispositivos de controle e normatização. A “discrição” adotada não surge como escolha totalmente livre, mas como resposta a um contexto familiar e social heteronormativo que impõe limites à expressão do afeto. Trata-se de um enquadramento subjetivo que, ao mesmo tempo em que protege, também silencia (Alencar, 2019; Oliveira e Barreto, 2019).

A convivência com o preconceito velado gera um desgaste emocional que transforma a discricção em uma estratégia de sobrevivência, um modo de existir que garante certa paz, não por medo, mas por exaustão diante da constante necessidade de se afirmar. Assim, o que é vivido como “lugar de paz” é também efeito de um tensionamento entre o desejo e a norma, entre a liberdade e a necessidade de se preservar (Eribon, 2008)

No que se refere ao relato de Luna Carvalho, residente desde sempre em uma cidade grande, ela apresenta uma vivência marcada por um “despertar” mais tardio de sua identidade sexual. Seu relato é permeado por dúvidas iniciais e uma transição afetiva que a fez compreender que o relacionamento com o homem com quem se relacionava, já não fazia mais sentido. Ela descreve a relação como fraternal, sem mais conexão romântica ou sexual. O sentimento amoroso por uma mulher surgiu sem que, até então, ela tivesse se identificado lésbica. O processo de se apaixonar trouxe novos significados ao amor e à parceria, não como uma negação do que foi vivido anteriormente, mas como uma vivência mais intensa, verdadeira e completa.

Encerra refletindo que o amor deve ser vivido independentemente do gênero, e que deixar de vivê-lo por medo ou pressões sociais, pode gerar arrependimentos profundos. Reconhece que o preconceito existe, mas escolhe não se prender a ele, preferindo viver plenamente seu amor, apesar das “espinhadas” que leva (Luna Carvalho, 08 de abril de 2025).

É perceptível que ambas narrativas mostram que a identidade sexual não é um marco fixo ou previamente definido, mas um processo contínuo, fluido e influenciado por fatores sociais, culturais e familiares. As histórias revelam a potência do afeto e do desejo como forças que confrontam a norma heterossexual compulsória (Hocquenghem, 2020; Wittig, 2022; Calou, 2023). Ao mesmo tempo, evidenciam as dores e os atravessamentos de uma sociedade que ainda impõe padrões rígidos de sexualidade, afetividade e gênero.

E trago o pensamento de Butler (2019), a qual argumenta que o gênero não é algo fixo ou pré-estabelecido, mas sim performativo, ou seja, constitui-se por meio de atos e práticas reiteradas que desafiam as normas heteronormativas. Dessa forma, não há uma identidade de gênero essencial ou anterior aos comportamentos, mas sim uma construção contínua que subverte as expectativas sociais.

O modo como essas mulheres narram suas histórias revela também o cuidado em preservar o que lhes é mais caro: o direito de amar, de viver seus afetos e de

encontrar, mesmo que em brechas, espaços de existência legítima. Seja no silêncio estratégico da cidade do interior ou na tentativa de liberdade controlada da cidade grande, suas trajetórias apontam para o quanto a identidade sexual se constrói entre resistências e afirmações, entre o medo e o desejo, entre o segredo e a possibilidade de viver o amor com dignidade e verdade.

E esses medos estão muito atrelados aos estigmas. Goffman (2004) explica que os estigmas estão ligados a percepções sociais que desqualificam o indivíduo. Quando uma pessoa apresenta uma característica que foge às expectativas de uma categoria social à qual pertence, isso pode gerar suspeitas e julgamentos que a tornam vista como inferior. Ocorre, assim, uma discrepância entre a identidade social real da pessoa e aquela projetada socialmente, fazendo com que ela seja conduzida a uma performance ajustada às normas, expectativas e rotinas do ambiente social (Goffman, 1985).

3.2 RELAÇÃO FAMILIAR

As relações familiares, para além de vínculos afetivos, também são espaços de reprodução de valores sociais, muitas vezes atravessados pelo moralismo, pela religiosidade e pelo silêncio. Para Helena e Luna, a convivência com o estigma ligado à identidade sexual se manifestou em dinâmicas familiares que mesclam afeto, cuidado e invisibilidade.

Helena cresceu em uma família tradicional do interior nordestino, sob forte influência religiosa e moral conservadora. Ainda na infância, precisou sair de casa para dar continuidade aos estudos, o que marcou um certo distanciamento físico e emocional da vivência familiar dos pais.

Ela descreve seus pais como pessoas amorosas, mas também como figuras que, por medo da sociedade e de seus julgamentos, preferem não nomear aquilo que rompe com os padrões de normalidade esperados. Assim, mesmo sem revelar abertamente sua identidade sexual, Helena percebe que sua identidade é sabida, mas silenciada. As mulheres com quem se relacionou foram recebidas em sua casa como "amigas", e, embora os pais nunca a tenham perguntado diretamente sobre suas relações, a presença delas foi, de alguma forma, acolhida.

Em sua família ampliada (primos, tios e tias, sobrinhos), Helena relata uma trajetória de mudança: o que antes era silêncio ou preconceito transformou-se em

diálogo e respeito. No entanto, sua experiência em contextos urbanos maiores revelou um tipo de preconceito mais intenso e direto, partindo, inclusive, de membros da própria família que residiam na cidade grande.

Ao lembrar os primeiros anos nesse novo espaço, ela menciona o esforço constante para afirmar sua identidade e impor limites diante das violências sutis (ou nem tão sutis) que sofreu. Com o tempo, o enfrentamento firme e direto passou a ser sua forma de se proteger e de conquistar respeito.

Já Luna vivencia a relação familiar de forma mais conflituosa. Para ela, algumas questões mais pessoais que não serão compartilhadas aqui para evitar identificações, é o que sustenta uma postura mais reservada quanto à sua identidade sexual. Sua família, especialmente sua mãe, ainda carrega posturas marcadamente preconceituosas, embora algumas mudanças de postura, ainda que lentas e parciais, sejam percebidas com o passar do tempo. Luna acredita que sua mãe “sabe, mas prefere não confirmar”, demonstrando como o silêncio pode funcionar como um pacto de negação e manutenção de aparências.

Por outro lado, há membros da família de Luna que, ao serem informados diretamente sobre sua identidade sexual, demonstraram respeito e acolhimento. Ela destaca que, mesmo diante de discordâncias ou conservadorismo, o respeito é o que permite com que ela se sinta segura e menos ameaçada. Sua fala revela a importância de relações em que o reconhecimento da diferença não precisa vir acompanhado de hostilidade, mas pode coexistir com a aceitação, mesmo que silenciosa.

Essas experiências mostram que a relação com a família é atravessada por ambivalências: o amor, o medo, o silêncio, o respeito e a dor se entrelaçam. Os relatos de Helena e Luna revelam como o estigma não atua apenas na exclusão direta, mas também nos silêncios impostos, nas omissões sutis e na exigência de “discrição” como condição para manter os laços. Ainda assim, ambas encontraram formas de resistir, de se afirmar e de manter, à sua maneira, os vínculos possíveis, negociando constantemente entre o cuidado de si e o cuidado com os outros.

Nesse contexto, Alencar (2019) aponta que, nas relações familiares, podem surgir dinâmicas marcadas por rejeições explícitas, aceitações condicionais, fingimentos de aceitação e silêncios estratégicos. Essas experiências colocam as pessoas que amam fora da norma heterossexual em constante estado de alerta, obrigando-as a renegociar e reafirmar suas identidades diante da família. A identidade

sexual se distancia da ideia de algo privado ou individual, tornando-se um ponto de tensão e transformação que impacta profundamente o campo afetivo e emocional.

Complementando essa perspectiva, Oliveira e Barreto (2019) destacam que o silêncio pode operar, simultaneamente, como proteção e como uma forma de negação da existência do outro, evitando confrontos diretos, mas também limitando a possibilidade de reconhecimento e diálogo.

3.3 RELAÇÃO COM A CIDADE E OS CONTEXTOS SOCIAIS

As vivências de Helena e Luna evidenciam que a cidade, seus espaços sociais e os contextos nos quais cada uma está inserida atravessam diretamente a forma como suas subjetividades são constituídas e expressas. Ambas narram experiências marcadas pelo silêncio, pelo cuidado constante com a visibilidade de seus afetos e pela necessidade de adaptação aos ambientes em que circulam. Em cidades pequenas ou nos espaços familiares mais conservadores, o controle social sobre os corpos que amam fora na normatividade social parece ainda mais intenso.

Helena cresceu no interior, onde a lógica do “todos conhecem todos” sustenta uma vigilância constante sobre o comportamento individual. Mesmo sem nunca ter assumido publicamente sua identidade sexual, enfrentou julgamentos, exclusões e constrangimentos que marcaram profundamente sua trajetória. Ela recorda que, na escola, nas ruas e até mesmo nos espaços religiosos, como a igreja, enfrentou olhares de reprovação, piadas e violências silenciosas por não performar a feminilidade esperada. O episódio em que a mãe de uma amiga a proibiu de conviver com ela, com medo de que a filha fosse rotulada como “sapatão”, revela o quanto o estigma, nessas localidades, opera de forma coletiva e moralizante.

O sentimento de sufocamento vivido no interior, ainda que amenizado pela força da fé, uma fé dissociada das culpas religiosas, mas enraizada no amor, acompanha Helena ao longo da vida. Ela não se mudou com o objetivo de escapar do preconceito, mas reconhece que a ida para a cidade grande foi um divisor de águas. Ainda que os primeiros anos tenham sido igualmente desafiadores, com novos enfrentamentos familiares e sociais, foi nesse novo espaço urbano que conseguiu exercer, com o tempo, maior liberdade sobre sua existência.

A cidade grande, para ela, passou a representar a possibilidade de não precisar performar relacionamentos heterossexuais para ser socialmente aceita, ainda que o

cuidado com a exposição permaneça por respeito às visões da família. Ela afirma, com convicção, que “o lugar, o contexto social em si, interfere demais na vida das pessoas”, e que, apesar de avanços, a liberdade, especialmente no interior, “ainda é um sonho” (Helena Duarte, 07 de abril de 2025).

Luna, por sua vez, revela com sensibilidade o impacto emocional causado pelos diferentes ambientes sociais. Seu relato aponta para a constante tensão entre os espaços que permitem afeto e expressão e aqueles que exigem contenção e vigilância. Estar em locais em que sente acolhimento gera alívio, liberdade e bem-estar; no entanto, ao retornar para contextos opressivos, especialmente os familiares, revive o sofrimento da negação.

Luna descreve essa transição como uma “tortura”, um processo de dor que vai sendo silenciado até que a adaptação, mesmo que forçada, ocorra. As consequências de precisar esconder gestos simples de carinho, como dar as mãos, um abraço ou um beijo, são sentidas na rotina e no corpo, como uma interrupção do amor no espaço público.

Em ambas as narrativas, nota-se como os afetos deixam de ser uma experiência apenas íntima e passam a ser políticos, disputados, vigiados e julgados de acordo com a localização geográfica, os valores morais vigentes e o grau de conservadorismo cultural de cada lugar. A cidade e o espaço social, portanto, não são neutros: eles acolhem, rejeitam, moldam e, muitas vezes, silenciam.

A resistência⁸, nesses contextos, surge na forma de pequenas rupturas, seja nas respostas firmes de Helena ao preconceito familiar, seja na escolha de Luna de se preservar por questões particulares, sem deixar de se reconhecer no que sente. Ambas demonstram que, mesmo diante das dores e limitações impostas pelos contextos sociais, há desejo de liberdade, de afeto e de pertencimento. Como disse Luna, com ternura e coragem: “Sempre a favor do amor”. E como disse Helena, com emoção e firmeza, ao final de seu relato: “Porque eu sou feita pro amor da cabeça aos

⁸ Importante, aqui, definir o que são práticas e estratégias de resistência. Para isso, trago o pensamento de Calou (2023), que ao dialogar com Foucault apresenta as práticas e estratégias de resistência como movimentos e dispositivos que atuam como formas de contestar ou escapar das micropolíticas do desejo de morte, que são produzidas no cotidiano, especialmente na vida homossexual. Essas resistências podem se manifestar por meio de linhas de fuga, passagens pelos desejos singulares que podem levar a novas formas de existir, além de reterritorializações desejantes, que são a criação e invenção de novas maneiras de estar no mundo que desafiam a norma e o controle normativo. As práticas de resistência são estratégias diversas, muitas vezes adaptadas às condições específicas de cada situação, que podem gerar efeitos reversos às operações do poder e abrir possibilidades de vida diferentes das previstas pelas micropolíticas do desejo de morte.

pés”, parafraseando um verso da canção “Rosas” de Ana Carolina. E ainda acrescenta: “Isso é o que me move, independente de qualquer norma da sociedade.

Trazendo para esse contexto as discussões de Eribon (2008), o autor discute como o estigma imposto ao sujeito LGBTQIAPN+ se manifesta fortemente nas vivências urbanas, especialmente por meio de injúrias, insultos e violências, físicas e simbólicas, que moldam uma constante vigilância sobre si e sobre os espaços ocupados. Nesse cenário, muitos sujeitos migram para grandes cidades em busca de anonimato, liberdade e possibilidades de reconstrução subjetiva. Essa migração não é apenas territorial, mas também simbólica, pois representa um rompimento com contextos opressores. No entanto, mesmo os grandes centros urbanos, embora ofereçam maior possibilidade de expressão e pertencimento, continuam sendo marcados por práticas excludentes e exigem contínuas negociações sobre onde e como é possível existir com segurança.

Toda essa dialogia me faz questionar: será que a construção normativa da cidade não será também uma construção heteronormativa? O que dizem os espaços e seus usos sobre as vidas em diferença? As mulheres desse trabalho já deixaram indícios de muitas respostas. Ainda assim, desejo que essas questões fiquem como movimento de estranhamento, que não sejam respondidas para que sejam sentidas com incômodo e, então, verificadas por aqueles que leem esse texto.

4. APROFUNDANDO DISCUSSÕES: TECENDO DIÁLOGOS ENTRE HISTÓRIAS DE VIDA E CONSTRUÇÕES TEÓRICAS

Este capítulo abre espaço para tecer um diálogo mais aprofundado a partir das histórias de vida das participantes Helena Duarte e Luna Carvalho e do que os autores e estudos apresentam sobre as suas vozes, vivências e experiências no campo da sua identidade sexual relacionado a estigmas, relações familiares e cidade. Ao escutar as trajetórias de mulheres lésbicas emergem sentidos complexos sobre pertencimento, estigmatização, resistência e construção identitária.

É percebido no Capítulo I e no Capítulo II o alinhamento dos discursos dos autores e das vozes das participantes quanto ao que viveram e vivem em termos de exclusão, silenciamento e resistência. Essas experiências revelam o quanto a identidade sexual é atravessada por violências simbólicas e concretas, mas também por estratégias de enfrentamento e afirmação da vida. Assim, neste capítulo proponho costurar tais vivências às teorias que as sustentam e explicam, buscando não apenas compreender os impactos do estigma, mas também evidenciar as potências subjetivas que emergem no exercício de existir fora da norma.

No tangente à fala de Helena Duarte quando declara que só se envolvia com meninos por curiosidade ou para não se sentir deslocada, sem envolvimento emocional e que a cidade grande, para ela, passou a representar a possibilidade de não precisar performar relacionamentos heterossexuais para ser socialmente aceita, ainda que o cuidado com a exposição permaneça por respeito às visões da família, posso olhar para Goffman (2004) e Eribon (2008).

Goffman (2004) quando Helena se envolvia com meninos para não se sentir deslocada, pois o autor afirma que quando alguém apresenta características que o diferenciam dos demais dentro de um mesmo grupo social, é comum que surjam suspeitas sobre algum atributo considerado negativo, capaz de torná-lo inferior ou menos agradável.

E Eribon (2008, p. 37) quando, para Helena, a cidade a possibilitou não precisar mais performar relacionamentos heterossexuais para ser socialmente aceita, pois o autor afirma que “a cidade é, antes de tudo, uma maneira de escapar tanto quanto possível ao horizonte da injúria na medida em que este significa a impossibilidade de viver a homossexualidade sem ter de dissimulá-la permanentemente”.

A interlocução entre Goffman e Eribon, portanto, ilumina de maneira potente o caso de Helena, revelando como o estigma molda condutas e escolhas, e como o espaço social influencia a maneira como a identidade é performada, reconhecida ou silenciada. Suas experiências demonstram que o deslocamento espacial pode ampliar a possibilidade de viver com maior liberdade, mas não elimina os conflitos internos e externos gerados pelas normas reguladoras da sociedade.

No que se remete à fala de Luna Carvalho quando menciona que teve uma vivência marcada por um “despertar” mais tardio de sua identidade sexual, e uma transição afetiva que a fez compreender que o relacionamento com o homem com quem se relacionava, já não fazia mais sentido, Butler (2018; 2019) explica muito bem quando discute o gênero como uma identidade não fixa, mas como algo que se constrói através de performances sociais.

Segundo a perspectiva da performatividade, os atos e atributos de gênero, bem como as maneiras pelas quais o corpo expressa significados culturais, não partem de uma identidade essencial prévia. Isso significa que tais expressões não podem ser avaliadas como verdadeiras ou falsas, pois não há um modelo original ou autêntico de identidade de gênero a ser seguido (Butler, 2018).

Outro ponto para refletir sobre a identidade de gênero de Luna é no campo do “discreto” ou “discrição” como estratégia de proteção perante o seu entorno. Por mais que Butler (2018) afirme que sobre não existir um modelo original ou autêntico de identidade de gênero a ser seguido, é preciso considerar que existe uma força normativa que impõe padrões sobre como as diferenças podem ou não aparecer. Essa normatividade exige que expressões de gênero e sexualidade dissidentes se apresentem dentro de molduras aceitáveis, muitas vezes atravessadas pela ideia de discrição, uma presença que não confronte, que não provoque incômodo, que seja tolerada apenas se silenciosa ou invisível. Assim, a vivência de Luna revela também a tensão entre a construção livre da identidade e os limites impostos pelas expectativas sociais de um desempenho de gênero “comportado”, que não ultrapasse os contornos do que foi culturalmente estabelecido como legítimo ou aceitável.

No referente aos relatos de Helena e Luna que evidenciam silenciamentos, preconceitos, exclusões e constrangimentos vividos ao longo de suas trajetórias, Helena recorda que, por não performar a feminilidade esperada, enfrentou olhares de reprovação, piadas e violências simbólicas em diversos espaços sociais, como a escola, as ruas e até mesmo a igreja. Em outro episódio marcante, lembra que a mãe

de uma amiga proibiu a convivência entre as duas, com receio de que sua filha fosse rotulada como “sapatão”.

Como também quando Luna aponta para a constante tensão vivida em espaços que exigem contenção e vigilância. Estar em contextos opressivos, especialmente no ambiente familiar, revive o sofrimento da negação, descrito por ela como uma “tortura”, um processo doloroso que vai sendo silenciado até que a adaptação, mesmo que forçada, estabeleça-se. As consequências de precisar esconder gestos simples de carinho, como dar as mãos, um abraço ou um beijo, são sentidas na rotina e no corpo, como uma interrupção do amor no espaço público.

Tais relatos remetem às discussões de Louro (2016), Butler (2021) e Lessa (2011). As autoras apresentam, respectivamente, as normas impostas pela sociedade, o discurso de ódio e suas consequências, como também o silenciamento e o apagamento de sentidos. Nesse sentido, Louro (2016) aponta que as sociedades constroem processos que delimitam fronteiras entre os indivíduos que se alinham às normas culturais dominantes e àqueles que são colocados à margem.

No contexto ocidental, essa norma costuma ser representada pelo homem branco, heterossexual, cristão e de classe média urbana, um sujeito que se torna a referência não nomeada, enquanto todos os demais passam a ser identificados como “os outros”. Assim, mulheres são vistas como o “segundo sexo” e pessoas gays e lésbicas como desvios da heteronormatividade. Ao nomear e classificar os sujeitos, a sociedade estabelece divisões que fixam identidades, promovendo distinções e desigualdades que podem operar tanto de forma sutil, quanto violenta (Louro, 2016).

Butler (2021) reforça o pensamento de Louro (2016) ao discutir o discurso de ódio. Para a autora, ser atingido por um discurso injurioso envolve uma perda de orientação contextual, gerando descontrole e desorientação no sujeito que o recebe. A força da injúria reside, muitas vezes em seu caráter inesperado, na forma como rompe a capacidade do indivíduo de compreender plenamente a situação em que está inserido.

Para a filósofa e psicanalista, ao ser nomeado de forma ofensiva, o sujeito é lançado a um futuro incerto, perdendo a referência de tempo e espaço naquele momento. Essa ruptura evidencia a instabilidade do lugar que cada um ocupa dentro da linguagem e da sociedade, pois, ao mesmo tempo em que o discurso pode “colocar” alguém em seu suposto lugar, esse lugar pode ser, justamente, o da exclusão ou do não pertencimento.

Complementar a essas análises, Lessa (2011) afirma que o silenciamento de determinadas vozes sociais não representa apenas o desaparecimento de quem as expressa, mas evidencia uma tentativa de marcar essas existências como abjetas e indesejadas. Ao impedir a circulação de certas palavras, também se restringem os sentidos e significados que essas palavras carregam, contribuindo para a exclusão simbólica desses sujeitos.

Desse modo, os relatos de Helena e Luna, quando articulados às discussões teóricas, revelam como as normas sociais, os discursos de ódio e os processos de silenciamento operam de forma estruturante na marginalização de identidades dissidentes. Mais do que episódios isolados, essas vivências expressam marcas de um sistema que impõe padrões e punições àqueles que se desviam da norma. Assim, pensar sobre esses efeitos é fundamental para compreender como a violência simbólica se inscreve na subjetividade e nas relações cotidianas, como um limitante de possibilidades, expressão e afeto.

Uma outra narrativa importante é quando Helena reflete que, ao longo do tempo, o fator determinante para algumas mudanças de postura foi a própria passagem do tempo e as transformações sociais. Ela acredita que, atualmente, mesmo aquelas pessoas que anteriormente demonstravam atitudes conservadoras, talvez agissem de maneira diferente, diante de sua vivência. Já Luna expressa que sua família, especialmente sua mãe, ainda carrega posturas marcadamente preconceituosas, embora algumas mudanças, ainda que lentas e parciais, sejam percebidas com o passar do tempo.

Tais narrativas indicam que o tempo, as mudanças sociais, as novas discussões e a abertura para o diálogo, têm colaborado para a construção de posturas mais abertas e menos preconceituosas. Nesse contexto, é relevante dialogar com Borges (2007), que discute o papel, a influência e as intenções da mídia diante dessas questões, pois mediante as falas das participantes, senti a importância de trazer esse diálogo e conectar sua influência às famílias e à cidade.

Segundo Borges (2007), na modernidade, os meios de comunicação passaram a exercer um papel que vai além da simples transmissão de informações. Eles têm contribuído significativamente para a reconfiguração das noções de espaço e tempo, impactando profundamente as formas de interação social, o exercício do poder e a organização política. Além disso, a mídia desempenha um papel central na construção e disseminação de repertórios sobre as homossexualidades, alcançando diversos

públicos e funcionando como mediadora no acesso e na validação de modelos plurais de identidade.

Observa-se que mudanças nas práticas discursivas vêm ocorrendo à medida que a homossexualidade deixa de ocupar um lugar de clandestinidade, passando a ser interpretada de formas diversas, inclusive por meio de reivindicações organizadas. O autor também aponta que a visibilidade conferida pela mídia a temas e acontecimentos considerados tabus pode ser interpretada de formas distintas. Para alguns, ela representa um instrumento politicamente relevante na construção e disseminação de novos sentidos sobre o que é socialmente proibido, além de funcionar como espaço de resistência para grupos marginalizados. No entanto, também há quem a perceba como um meio de reprodução de discursos homogêneos, que dificultam o reconhecimento da diversidade e da pluralidade presentes na sociedade (Borges, 2007).

Dessa forma, os relatos de Helena e Luna conectam-se às discussões teóricas ao evidenciarem que o tempo histórico, as mudanças culturais e a mediação midiática têm papel relevante no enfraquecimento, ainda que gradual, de posturas normativas e excludentes. A visibilidade da diversidade, mediada pelos discursos sociais e pelos meios de comunicação, revela-se dúbia: ao mesmo tempo que amplia o reconhecimento e o pertencimento, também pode servir à lógica do consumo e da manutenção de certas normas. Essa complexidade aponta para a importância de seguir problematizando como essas representações circulam, a quem servem e o que silenciam.

Diante das trajetórias de Helena e Luna, entrelaçadas às discussões teóricas apresentadas, torna-se evidente que as experiências de mulheres que desafiam a heteronormatividade não se constituem apenas como histórias individuais, mas como expressões de um sistema social que ainda insiste em normatizar afetos, identidades e corpos. As marcas do estigma, os silenciamentos impostos e as estratégias de resistência revelam uma complexa rede de forças que atravessa o cotidiano dessas mulheres, exigindo delas não apenas sobrevivência, mas reinvenção constante de si mesmas. Ao dar visibilidade a essas vozes, este capítulo não buscou oferecer respostas definitivas, mas abrir caminhos para que outras narrativas dissidentes possam ser refletidas e compreendidas em sua potência de transformação. É na escuta atenta dessas histórias que se encontra a possibilidade de romper com invisibilidades e fomentar um olhar comprometido com a pluralidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutir estigma, família e cidades nas histórias de mulheres lésbicas se constituiu como um exercício de escuta e reflexão sensíveis, de articulação entre teoria e vivências, e, sobretudo, de amplificação das vozes de indivíduos LGBTQIAPN+ com as narrativas das participantes. Partindo do objetivo de compreender o estigma na vida de mulheres lésbicas a partir de suas relações familiares e de experiências com a cidade, busquei, por meio do método de história de vida, entrelaçar as narrativas de Helena e Luna com os referenciais teóricos que problematizam os atravessamentos sociais e subjetivos relacionados à identidade sexual.

Nos capítulos desenvolvidos, foi possível observar que as marcas do estigma expressam-se de formas diversas, sejam na exclusão direta, sejam nos silêncios impostos, sejam nas exigências de “discrição” como condição de pertencimento. As dinâmicas familiares se revelaram espaços ambíguos, onde coexistem afeto e negação, acolhimento e invisibilidade.

Alencar (2019) apresentou reflexões que evidenciam que a identidade sexual não se configura como uma questão meramente individual ou privada, mas emerge como um ponto de tensão, transformação e renegociação no contexto das relações familiares. Esse processo tende a provocar instabilidades emocionais e afetivas, exigindo daqueles que desafiam a norma heterossexual uma resiliência constante.

As narrativas das participantes confirmam o pensamento de Alencar (2019) quando apresentam experiências que a relação com a família é atravessada por ambivalências: o amor, o medo, o silêncio, o respeito e a dor. Revelam como o estigma não atua apenas na exclusão direta, mas também nos silêncios impostos, nas omissões sutis e na exigência de “discrição” como condição para manter os laços.

As cidades, por sua vez, figuram como territórios de repressão e, ao mesmo tempo, de possibilidades de reinvenção subjetiva, reafirmando que o espaço também é um agente na construção e regulação das identidades. Foi perceptível esse processo nas falas das participantes, sobretudo na fala de Helena, que vivenciou três contextos de cidade, o de pequeno, o de mediano e o grande porte, além de como é visível nesses contextos, perceber como as relações do privado e público se misturam.

Com base nas reflexões de Eribon (2008), é possível compreender que o estigma direcionado ao sujeito LGBTQIAPN+ se manifesta por meio de insultos, violências simbólicas e físicas, afetando profundamente suas vivências nas cidades. Esses sujeitos desenvolvem um saber prático, muitas vezes inconsciente, que orienta suas ações no espaço público, indicando onde podem demonstrar afeto, onde precisam se camuflar e onde correm riscos simplesmente por existirem.

Diante desse cenário, muitos optam por migrar para grandes centros urbanos, buscando escapar da opressão familiar ou da hostilidade das pequenas cidades. A cidade, assim, representa a promessa de liberdade, anonimato e reconstrução subjetiva, tornando-se espaço de ressignificação, pertencimento e formação de redes de apoio. Tal deslocamento, portanto, não se limita ao aspecto geográfico, mas implica também uma ruptura simbólica e emocional com trajetórias anteriores, abrindo caminhos para novas formas de existência (Eribon, 2008).

Assim, compreender o estigma a partir das relações familiares e das experiências com a cidade é reconhecer que ele não é apenas uma marca individual, mas uma construção social que perpassa os vínculos afetivos e os territórios vividos. Porém, também é reconhecer as estratégias de resistência, os afetos preservados, as rupturas e os deslocamentos que permitem a essas mulheres afirmarem sua identidade e seu direito de amar com dignidade.

Portanto, deixo aqui algumas reflexões para pensarmos juntos, tanto como pessoas que fazemos parte de relações familiares e de espaços sociais, de vivência com as cidades, como para quem atua como profissionais que são agentes responsáveis de práticas das políticas públicas: como estamos nos comportando perante a diversidade de gênero, seja nos espaços privados, seja nos públicos? Qual tem sido a nossa postura?

Desse modo, este trabalho não se encerra em si mesmo, mas se apresenta como um convite à escuta, ao diálogo e ao compromisso ético com as subjetividades que resistem às normas que buscam silenciá-las. Falar sobre mulheres lésbicas, estigmas e afetos é também falar sobre os modos como a sociedade escolhe incluir ou excluir, acolher ou rejeitar, visibilizar ou apagar. Que essas vozes ecoem para além destas páginas e possam inspirar outras práticas, outras pesquisas e, sobretudo, outras formas de viver e conviver, pautadas no respeito, na ética, no acolhimento, na liberdade de ser e na construção de espaços mais diversos e democráticos.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, J. G. **Acordos e colisões**: família, sexualidade e lesbianidade. 2019. 143 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.
- BORGES, L. S. Lesbianidade na TV: visibilidade e “apagamento” em telenovelas brasileiras. In: GROSSI, M.; UZIEL, A. P.; MELLO, L. (Orgs.) **Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- BRAGANÇA, I. F. S. História de vida nas ciências humanas e sociais: caminhos, definições e interfaces. In: **Histórias de vida e formação de professores**: diálogos entre Brasil e Portugal [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2012, p. 37-57.
- BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil Sem Homofobia**: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.
- _____. **Atlas da violência 2025**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025
- BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- _____. **Corpos que importam**: os limites discursivos do “sexo”. Trad. Veronica Daminelli e Daniel Yago França. São Paulo: N-1 Edições, 2019.
- _____. **Discurso de ódio**: uma política do performativo. Trad. de Roberta Fabri Viscardi. São Paulo: Editora Unesp, 2021.
- CALOU, A. L. F. **“A gente mal nasce e começa a morrer”**: micropolíticas do desejo de morte e práticas de resistência em trajetos homossexuais. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Psicologia). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2023.
- CARRARA, S. L. O movimento LGBTI no Brasil, reflexões prospectivas. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, [S.L.], v. 13, n. 3, p. 450-456, 2019.
- CORDEIRO, D. S. Memória e cidade. In: CORDEIRO, D. S. (Org.) **Temas contemporâneos em sociologia**. Fortaleza: Gráfica e Editora Iris, 2013.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia. vol. 3. São Paulo: editora 34, 2012.
- ERIBON, D. **Reflexões sobre a questão gay**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

FACCHINI, R. "**Sopa de Letrinhas**"? - movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90: um estudo a partir da cidade de São Paulo. Dissertação de Mestrado (Departamento de Antropologia Social) Universidade Estadual de Campinas. -- Campinas, SP: [s.n.], 2002.

_____. Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico. **Cadernos AEL**, [S. l.], v. 10, n. 18/19, 2003.

GOFFAMAN, E. A representação do eu na vida cotidiana. Trad. Márcia Célia Santos Raposo. Petrópolis: Vozes, 1985.

_____. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Trad. Mathias Lambert. 4. ed. [s.l.]: ETC, 2004.

GRUPO GAY DA BAHIA (GGB). **Observatório 2023 de mortes violentas de LGBT+ no Brasil**. Salvador: GGB, 2024.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolíticas**: cartografias do desejo. 10º ed. Petrópolis: Vozes Editora, 2013.

GUIZZO, I. **Micropolíticas urbanas**. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, [s.d].

HOCQUENGHEM, G. **O Desejo Homossexual**. Rio de Janeiro: A bolha editora, 2020.

LEITE, A. M. P. Pesquisa acadêmica: a escrita na primeira pessoa do singular. **Transinformação**, [S.L.], v. 36, p. 1-14, 2024.

LESSA, P. O que a história não diz não existiu: a lesbiandade em suas interfaces com o feminismo e a história das mulheres. **Em Tempo de Histórias**, [S. l.], n. 07, 2011.

LOURO, G. L. Pedagogias da Sexualidade. In: LOURO, G. L. (Org.) **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 3. ed.; 2 reimp. - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

NOGUEIRA, M. L. M.; BARROS, V. A.; ARAUJO, A. D. G.; PIMENTA, D. A.O. O método de história de vida: a exigência de um encontro em tempos de aceleração. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 466–485, 2017.

OLIVEIRA, L. O uso de histórias de vida na pesquisa sobre família e orientação sexual. In: CORDEIRO, D. S. (Org.) **Temas contemporâneos em sociologia**. Fortaleza: Gráfica e Editora Iris, 2013.

OLIVEIRA, L.; BARRETO, T. C.. Silêncios em discurso: família, conflito e micropolítica em narrativas sobre a revelação da homossexualidade. **Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)**, [S.L.], n. 33, p. 318-342, dez. 2019.

PEREIRA GUIMARÃES, M. L.; NOBRE, M. T. Inalar os olhos para desacostumar o olhar: o que transborda nos indesejáveis da cidade?. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica**, [S. l.], v. 9, n. 24, p. e1171, 2024.

RAGO, M. **Inventar outros espaços, criar subjetividades libertárias**. São Paulo: ECidade, 2015. 70 p.; Digital. – (Outras palavras; v.2).

RIBEIRO, D. **Lugar de fala**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ROLNIK, R. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SILVA, A. P.; BARROS, C. R.; NOGUEIRA, M. L. M.; BARROS, V. A. “Conte-me sua história”: reflexões sobre o método de história de vida. **Mosaico**: estudos em psicologia, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 25-35, out. 2007.

SOUSA JÚNIOR, C. A. A.; MENDES, D. C. Políticas públicas para a população LGBT: uma revisão de estudos sobre o tema. **Cadernos Ebape.Br**, [S.L.], v. 19, n., p. 642-655, nov. 2021.

WITTIG, M. **O pensamento hétero e outros ensaios**. Belo Horizonte: Autentica, 2022.